



GOVERNO DO ESTADO



Secretaria da Promoção da Igualdade Racial e dos Povos
e Comunidades Tradicionais-SEPROMI

28ª. REUNIÃO DO FÓRUM ESTADUAL DE GESTORAS/ES MUNICIPAIS

A TRANSVERSALIDADE DA POLÍTICA DE IGUALDADE RACIAL





**SECRETARIA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E DOS
POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**
Fórum Estadual de Gestores Municipais de Promoção da Igualdade Racial

ÂNGELA GUIMARÃES
**Secretária de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades
Tradicionais**

Alexandro Reis
Chefe de Gabinete

Daniele Costa
Superintendente de Promoção da Igualdade Racial - SPIR

Ilza Cruz
Coordenadora do Sistema de Promoção da Igualdade Racial

TEXTO E SISTEMATIZAÇÃO
Jacqueline Mary Soares de Oliveira
Técnica de Nível Superior – Serviço Social

RELATORIAS GRUPOS

Alice Bárbara
Aline Teles
Jacqueline Soares
Juliana Conceição
Luma Galindo



SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	3
2 OBJETIVOS.....	4
2.1 Objetivo geral.....	4
2.2 Objetivos específicos	4
3. METODOLOGIA.....	4
4. MUNICIPIOS INSCRITOS	5
5. MUNICIPIOS PRESENTES NA 28ª. REUNIÃO DO FÓRUM ESTADUAL DE GESTORES MUNCIPAIS DA PIR	6
6. PROGRAMAÇÃO.....	7
7. ABERTURA DE TRABALHOS – MESA INSTITUCIONAL.....	10
8. RESUMO DAS MESAS.....	12
9. RESULTADOS DOS GRUPOS DE DISCUSSÃO.....	16
10. AVALIAÇÃO.....	30
11. ENCAMINHAMENTOS E PROPOSIÇÕES (E/P).....	31
12. FOTOS.....	32
13. ANEXO (MATERIAL DISPONIBILIZADO).....	34





28ª REUNIÃO DO FÓRUM ESTADUAL DE GESTORES DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

A TRANSVERSALIDADE DA POLÍTICA DE IGUALDADE RACIAL

1. APRESENTAÇÃO

O Fórum Estadual de Gestoras/es foi instituído em novembro de 2007 pela SEPROMI configurando-se como importante instrumento para a municipalização das ações voltadas para a Promoção da Igualdade Racial no âmbito do Estado. Atualmente, existem 153 municípios do Estado da Bahia integrando o Fórum através dos Órgãos Municipais de Promoção da Igualdade Racial. A SEPROMI em conjunto com os diversos órgãos municipais da Política de Promoção da Igualdade Racial vem desenvolvendo ações que propiciem a efetiva implementação da Política pública.

A vigésima oitava Reunião Ordinária do Fórum Estadual de Gestores Municipais de Políticas de Promoção da Igualdade Racial foi a segunda oportunidade de reencontro dos gestores municipais após o término das restrições de locomoção e de contato social impostos pela Pandemia. Oportunidade para consolidação da agenda do Fórum nos próximos anos capitaneado por um governo democrático que reconhece a inclusão da população negra e todas as comunidades tradicionais na política de desenvolvimento, nacional, estadual e local. Compreendendo, no entanto, os muitos entraves para o acesso pleno ao direito de cidadania e a equidade sócio racial a partir de uma política de enfrentamento ao racismo e as iniquidades geradas pelas históricas discriminações étnicos raciais que gestaram o solo fértil do país.

O encontro anual do Fórum se configura importante momento para debater o enfrentamento das ações discriminatórias (sejam elas no âmbito da sociedade civil ou governamental) e promover articulações entre os vários municípios no sentido de fortalecimento da pauta racial nos municípios com intuito de fortalecer a política de promoção da igualdade racial, apoiando e dando visibilidade aos municípios no desenvolvimento das melhores práticas no desenvolvimento da Política de Igualdade Racial. Trata-se de um momento de troca, discussão e construção conjunta de uma pauta que atenda demandas dos diversos territórios. Cabe apontar a importância destes



encontros para o fortalecimento dos órgãos municipais conferindo-lhes poder de fala e de construção conjunta das pautas políticas sobre a pasta.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral:

Debater os próximos passos em direção ao aprofundamento de políticas públicas que permitam que a parcela majoritariamente negra da população se beneficie de maneira igualitária dos bens produzidos pela sociedade.

2.2 Objetivos específicos

- Apresentar agenda institucional com projetos desenvolvidos para promoção da Igualdade Racial, Povos e comunidades quilombolas e população indígena a partir da transversalização com demais Secretarias de Estado;
- Apoiar a organização de arranjos institucionais de promoção da igualdade Racial nos municípios integrantes do Fórum Estadual de gestores municipais;
- Refletir sobre estratégias de implementação, monitoramento e avaliação de propostas para promoção da igualdade racial junto aos municípios;
- Discutir proposta de fortalecimento dos Conselhos Municipais de Promoção da Igualdade Racial;

3. METODOLOGIA:

A fim de alcançar os objetivos da Reunião foram realizadas mesas temáticas apontando para a transversalidade da política de promoção da igualdade racial em todos os eixos das políticas públicas sociais (saúde, segurança pública e justiça, educação, assistência social e outras) ratificando a pauta racial não como política finalística pois que esta deve estar contida de forma interseccional nas demais políticas de Estado.

Com o objetivo de pensar estratégias conjuntas de implementação, monitoramento e avaliação de ações pontuadas como prioritárias para os diversos municípios, houve a divisão dos/as participantes em 5 grupos temáticos: saúde, educação, inclusão social e desenvolvimento sustentável, segurança pública e fomento a cultura e patrimônio material e imaterial/intolerância religiosa. Neste momento tiveram a oportunidade de apresentação de boas práticas realizadas nos municípios, apresentação de situações problemas e possíveis causas, ações realizadas pelos órgãos municipais de Promoção da Igualdade Racial para sanar os problemas apresentados.



Por conta do avanço nas discussões das mesas temáticas, os resultados dos grupos não foram apresentados neste momento do encontro, pactuando-se, portanto, um encontro virtual para a apresentação dos resultados dos grupos objetivando sistematizar as ações por territórios para ampliar a capacidade de implementação da política de promoção da igualdade racial e o fortalecimento dos órgãos municipais da PIR .

4. MUNICÍPIOS INSCRITOS:

Além dos municípios inscritos no evento, compareceram às atividades representações das superintendências que compõem o conjunto articulada da secretaria de Promoção da Igualdade Racial, a Superintendência de Povos e Comunidades Tradicionais e a Superintendência de Povos Indígenas, representantes da Frente Falciforme do Interior (Luiz Eduardo Guimarães), representações das Secretarias de Estado que compuseram os grupos de discussão: saúde, educação, SETRE, SECULT, SSP, conselheiros/as do CDCN, representações do Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública do Estado, DIEESE, Ministério da Igualdade Racial e Ministério da Educação, UFBA, OAB, APLB.

AMARGOSA	IRAQUARA
AMÉLIA RODRIGUES	JACOBINA
ANAGÉ	LAMARÃO
ANTONIO CARDOSO	LAPÃO
ARAÇAS	ITAGUACU
BARRA	LAURO DE FREITAS
BOM JESUS DA LAPA	LENÇÓIS
BONINAL	MAETINGA
CAETITÉ	MARCIONÍLIO SOUZA
CAMAÇARI	MADRE DE DEUS
CAMPO FORMOSO	MORRO DO CHAPEU
CANARANA	PARAMIRIM
CANDEIAS	POJUCA
CASA NOVA	PORTO SEGURO
CASTRO ALVES	PRESIDENTE DUTRA
CATU	RIACHO DE SANTANA
CONCEIÇÃO DO ALMEIDA	SANTO AMARO
GOVERNADOR MANGABEIRA	SANTO ANTONIO DE JESUS
CRUZ DAS ALMAS	SÃO FRANCISCO DO CONDE
DIAS DÁVILA	SEABRA
FEIRA DE SANTANA	SERRA DO RAMALHO
GOVERNADOR MANGABEIRA	SOUTO SOARES
IAÇU	TAPEROÁ
IBITITÁ	TERRA NOVA
INHAMBUPE	UAUA
IRARÁ	VITORIA DA CONQUISTA
CACHOEIRA	

**5. MUNICIPIOS PRESENTES NA 28ª. REUNIÃO DO FÓRUM ESTADUAL
DE GESTORES MUNCIPAIS DA PIR**

AMARGOSA	LAMARÃO
AMÉLIA RODRIGUES	LAPÃO
ANAGÉ	ITAGUACU
ANTONIO CARDOSO	LAURO DE FREITAS
ARAÇAS	LENÇÓIS
BARRA	MADRE DE DEUS
BOM JESUS DA LAPA	POJUCA
BONINAL	PORTO SEGURO
CAETITÉ	PRESIDENTE DUTRA
CAMAÇARI	RIACHO DE SANTANA
CAMPO FORMOSO	SALVADOR
CANARANA	SÃO GONÇALO DOS CAMPOS
CANDEIAS	SANTO ANTONIO DE JESUS
CASA NOVA	SÃO FRANCISCO DO CONDE
CASTRO ALVES	SEABRA
CATU	SERRA DO RAMALHO
CRUZ DAS ALMAS	SOUTO SOARES
CONCEIÇÃO DO ALMEIDA	TAPEROÁ
DIAS DÁVILA	TERRA NOVA
FEIRA DE SANTANA	UAUA
GOVERNADOR MANGABEIRA	VITORIA DA CONQUISTA
IBITITÁ	IRARÁ
INHAMBUPE	CACHOEIRA
JUAZEIRO	



6. PROGRAMAÇÃO

PROGRAMAÇÃO
28ª REUNIÃO DO FÓRUM ESTADUAL DE GESTORES DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
1º. DIA – 18/09/2023
08:00 – CREDENCIAMENTO 09:00 – Apresentação Artística 09:30 – Abertura oficial com composição da mesa de autoridades <ul style="list-style-type: none">• Secretária de Promoção da Igualdade Racial e de Povos e Comunidades Tradicionais – Ângela Guimarães• Defensoria Pública do Estado• Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra (CDCN) – Presidente• Uneb• Tribunal de Justiça
10h00min: Mesa 1: A TRANSVERSALIDADE DA POLÍTICA DE IGUALDADE RACIAL
Secretária Ângela Guimarães <i>Cientista Social graduada pela UFBA, foi aluna especial do Mestrado em Educação - Programa de Pós Graduação em Ensino e Relações Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) . No âmbito da gestão pública acumula larga experiência, tendo sido a primeira diretora do Departamento da Reparação Racial em São Sebastião do Passé, em 2005, órgão responsável pela implementação de políticas de promoção da igualdade racial, mulheres e juventude. Foi Secretária-adjunta Nacional de Juventude, da Secretaria Geral da Presidência da República, foi presidenta nacional do Conselho de Juventude, onde atuou na conquista de direitos como o Estatuto da Juventude, o Plano Juventude Viva, as cotas raciais nos concursos públicos, dentre outros. A partir de 2016 desempenhou várias funções institucionais na Secretaria Estadual do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte da Bahia (SETRE), onde coordenou a Agenda Bahia do Trabalho Decente, também atuando como assessora especial, chefe de Gabinete e coordenadora de Fomento ao Artesanato. É professora concursada de Sociologia na Rede Estadual de Educação.</i>
Carlos Eduardo de Carvalho de Santana <i>Graduado em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (2002);Especialista em Metodologia do Ensino, Pesquisa e Extensão (2003) pela Universidade do Estado da Bahia ; Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (2005) ; Doutor em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (2015); Pós - Doutor, pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Conselheiro Municipal de Educação (CME), na Cidade do Salvador. Pesquisador no Grupo de Pesquisa Memória da Educação da Bahia PROMEBA / PPGEDUC/UNEB. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Educação, História e Interculturalidade - GPEHI / UFS; Docente Titular na Faculdade</i>



Integrada Ipitanga - FACIIP/ Lauro de Freitas; Coordenador Pedagógico na Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Salvador / SMED/PMS. Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação Quilombola, Educação escolar Quilombola, Educação para as relações étnico racial; Cultura afro - indígena , Formação do educador.

Ana Georgina DIEESE

Ana Georgina da Silva Dias Graduada em Ciências Econômicas, pela Universidade de Brasília – UnB, em 1997. Trabalhou na Secretaria de Política Agrícola, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento entre os anos de 1998 e 2001. Ingressou nos quadros do DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicas, em 2001. Inicialmente na Subseção do DIEESE na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), onde permaneceu até o ano de 2004. Em 2005, assume a Subseção do DIEESE no Sindicato dos Químicos do Estado da Bahia, onde permaneceu até o início de 2007. Desde março de 2007 está na supervisão técnica do Escritório Regional do DIEESE na Bahia

Juliana Marta

*Assistente social e pedagoga
Coordenadora de ações afirmativas educação e diversidade da UFBA
Presidente da comissão permanente de Heteroidentificação complementar à autodeclaração de pessoas negras nos processos seletivos da UFBA*

13h30min - Mesa 2

Mesa Redonda - Os desafios da implementação do Estatuto da Igualdade Racial na Bahia

- Superintendente de Políticas da Promoção da Igualdade Racial
- Integrante da Sociedade Civil – Ademir Santos Vice Presidente do CDCN

15h30 - Experiências de políticas de promoção da igualdade racial e de proteção dos direitos dos povos e comunidades tradicionais

Ministério Público do Estado da Bahia

Defensoria Pública do Estado da Bahia – Vanessa Nunes

Secretaria Municipal de Políticas Afirmativas, Direitos Humanos e Promoção da Igualdade Racial de Lauro de Freitas.

Superintendência de Povos e Comunidades Tradicionais de Porto Seguro

Secretária de Bom Jesus da Lapa

2º. DIA (19/09/2023)

9h – Divisão dos grupos.

Composição de cada grupo:

Mediador (SEPROMI) – apresentação da metodologia, mediar.

Expositor (SECRETARIA DO TEMA)

Relator (SEPROMI)– relatoria das discussões para elaboração da síntese do encontro (escrito).

Grupo de representantes



09h30min às 11h45min – Trabalho de Grupo

Painéis simultâneos (GT) -

- 1.Saúde – Ubiraci Matilde e a Coordenação de Promoção da Equidade em Saúde área temática saúde da população negra. Relatoria: Aline Teles
- 2.Educação – Flávio Franco / Relatoria: Juliana
- 3.Segurança Pública e justiça – Helenice e Carol - Relatoria: Jacqueline Soares
- 4.Fomento a Cultura e Patrimônio Material e Imaterial / Intolerância Religiosa- Thiago. Relatoria: Luma
- 5.Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável / Empreendedorismo Negro – Tamires e representante da coordenação de empreendedorismo da SETRE. Relatoria: Alice Rodrigues

13h30 às 15h – A INTERSETORIALIDADE DA POLÍTICA DE IGUALDADE RACIAL NO GOVERNO

Secretária Zara Figueredo (MEC)

Possui doutorado em Educação pela USP (2014), na área de Estado, Sociedade e Educação, com Bolsa de Doutorado, no Brasil, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e Bolsa de estágio de Doutorado na Inglaterra (2013) na Graduate School of Education, Faculty of Social Sciences and Law, University of Bristol, fornecida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/Processo 7529-13-9). Realizou estudo Pós-Doutoral na Universidade Cidade de São Paulo, com financiamento da CAPES/PNPD e no Centro de Estudos da Metrópole do Departamento de Ciências Políticas da USP/CEBRAP, financiado pela FAPESP (Projeto n° 2015/14405-8).(2015-2016). Mestre em Letras pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, (2009), onde também se graduou em letras (2002). Possui formação em pedagogia e magistério (1989). Foi docente do Departamento de Política e Administração Educacional da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e, atualmente, é professora do Departamento de Educação, da Universidade Federal do Ouro Preto (UFOP), na qual atua na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Educação, do qual é coordenadora (2019-2021). Coordena, ainda, o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Pública de Educação - NEPPPE/CNPq/UFOP. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Política Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: Nova Gestão Pública e Educação, Governança Educacional; Princípio de Justiça social; Desigualdades raciais.

Diretora de Articulação Interfederativa do Ministério da Igualdade Racial – Isadora Bispo

Mestre em Patrimônio Cultural- UFMS/RS, pós-Graduanda Lato Sensu em Advocacia Cível - Fundação Escola Superior do Ministério Público – RS, Bacharel em Direito-ULBRA/R, Proficiência em Língua Espanhola- UFSC, Curso de Capacitação em Advocacia Corporativa para a Advocacia Negra- Instituto de Estudos Culturalistas (IEC), Comunicação Política e Política da Comunicação-Centro de Estudos Afro Orientais UFBA. Advogada, tem experiência na área do Direito, com ênfase em Direitos Humanos e Direito Civil, atuando principalmente nos seguintes temas: direito do consumidor; contratos; estatutos; mediação; direitos sociais; família; direitos humanos; direito homoafetivo, povos originários e comunidades de terreiro. Advocacia consultiva, preventiva e contenciosa.



Secretário de Educação de Cachoeira - Roberto Franco

16h30min – ENCERRAMENTO (Agradecimentos, apresentação cultural e coquetel)

7. ABERTURA DE TRABALHOS – MESA INSTITUCIONAL

A abertura dos trabalhos se deu com a saudação da Secretária Ângela Guimarães aos participantes e apontando algumas conquistas como a criação dos conselhos e da pasta de igualdade racial nos municípios e a integração de gestores municipais de igualdade racial na estrutura dos municípios e também, para entraves existentes para a efetivação dos direitos da população negra, povos e comunidades tradicionais, mulheres, população LGBTQIAPN+. Salienta que a sociedade brasileira encontra-se em um movimento de reconstrução e que a Bahia está vivenciando os primeiros 17 anos inaugurais da Política Estadual de Promoção da Igualdade Racial, há um caminho a ser percorrido para que a Estrutura do Estado seja tão sólida, inquestionável, necessária e central onde a agenda racial possa caber.

Saúda a mesa e passa para as considerações de: CDCN, na pessoa de **Sr. Ademir Oliveira Santos** (Vice Presidente do Conselho), o CDCN representando o controle social das políticas de igualdade racial, com 33 anos de criação (antecessor à Secretaria – pautando políticas de equidade racial e enfrentamento ao racismo como estratégia central do desenvolvimento local). Sr. Ademir apresenta a importância da mesa no processo de se perceber nestes espaços de poder informando que todo processo de Promoção da Igualdade Racial passou pelo Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra (CDCN). Sabe-se que alguns municípios têm dificuldades do ponto de vista político, no entanto, Política Pública não tem partido político, deve ser para todas as pessoas.

Ivete Sacramento – 1ª. Reitora negra do Brasil, Secretária Municipal de Reparação de Salvador. Salienta a força da juventude para dar continuidade ao trabalho de militância, feito desde 1998 na cidade de Salvador. Informa que a Secretaria Municipal da Reparação (SEMUR) completa 20 anos, sendo a Secretaria Municipal mais antiga do Brasil, com objetivo de reconduzir os direitos a quem historicamente foi tirado (direito a igualdade, equidade) e combater incessantemente o racismo e todas as suas formas na cidade de Salvador. Aponta para possíveis dificuldades como os



embates com os pares internos – “devemos avisar todos os dias aos colegas das demais secretarias que eles devem envolver promoção da igualdade racial em suas pastas. [...] Na contemporaneidade devemos discutir a inserção no orçamento das prefeituras para transversar ações e programas de igualdade racial. Tudo que precisávamos discutir já foi fechado nos Estatutos da Igualdade Racial, agora precisamos fazer valer, executar o Estatuto, tirar a lei do papel em cada instância de nossas secretarias e órgãos. O papel agora é introduzir no orçamento para que as ações possam ser executadas”.

Dr. Guilherme Vitor de Gonzaga Camilo (Juiz de direito – representando o desembargador Lindivaldo Brito). – Membro da comissão do Tribunal que trata das questões de racismo. O judiciário está compromissado para que as questões sobre racismo e discriminações sejam combatidas no Estado da Bahia. Recentemente foi promulgado pelo CNJ Pacto pela Equidade Racial e o TJ deve agir de acordo com este Pacto.

Dep. Olívia Santana – 1ª. Mulher Negra a chegar à Assembleia Legislativa da Bahia, militante anti racismo. Ratifica a importância do Fórum para fazer a política pública girar do ponto de vista das ideias e de verificar o que tem sido prioridade nos municípios. Destaca sobre o desafio que os organismos têm é sair da condição de símbolo. Não podemos ser apenas um símbolo na administração pública, precisamos de “caneta com tinta, dinheiro para fazer a política pública acontecer”. Agora, como tempo de PPA que será votado na assembleia, os gestores/as precisam fazer pressão para melhorar o orçamento da SEPROMI e SPM. “É necessário projetos estruturantes, não se combate o racismo estrutural com políticas superficiais, com discursos vazios. Se combate fazendo a política chegar à ponta”. Salienta que “na Bahia, no Brasil não existe pena de morte institucionalizada, há uma pena de morte na prática que opera em relação aos corpos de negras/os. A militância faz o que está ao alcance e é necessário pensar novas estratégias, trazer mais gente, deixa a juventude passar e o movimento se ampliar”. “Precisamos transformar os números em potência política, enquanto o povo preto, majoritário não se transformar em força política, o povo preto só vai tomar ferro e bola nas costas. [...] Precisamos reagir, criar constrangimento, criar desconforto senão nada será alterado”.

Vanessa Nunes – Defensora Pública do Estado da Bahia – representando a Defensora Pública Geral Dra. Firmiane Venâncio.

Reforça que a Defensoria Pública deseja estar em todos os municípios garantindo acesso a justiça gratuita e de qualidade, sabendo que não existe



enfrentamento ao racismo se não houver acesso a justiça gratuito e de qualidade. Salienta que os municípios que desejam construir parcerias com a Defensoria podem buscar

Dina Maria Rosário – Pro reitora de Ações afirmativas da UNEB (representando a Reitora Adriana Marmori). – A universidade está disposta e disponível para parcerias, aprendizagens, construção de ações, programas e projetos em toda a Bahia tendo em vista que o processo de equidade deve ser reconstruído por ter sido interrompido nos últimos seis anos.

Najila da Silva Lopes – Representando a Secretaria de Educação do Estado da Bahia. A Secretaria não tem medido esforços para assegurar o enfrentamento nas unidades escolares, e, sobretudo, nos territórios de identidade. A Política pública de educação chega a todos os territórios e municípios da Bahia. Informa sobre o Edital Makota Valdina, e reafirma que bons trabalhos estão sendo executados nas escolas.

8. RESUMO DAS MESAS

A exposição dos convidados remeteram à importância de compreender que a Política de Igualdade Racial transversaliza todas as demais políticas públicas e que ao serem criadas tais políticas já deveriam ser transversais.

Algumas considerações acerca do direito ao TRABALHO foram feitas, traçando um recorte histórico sobre a condição de trabalho, do processo de escravização e suas consequências para a inserção da população negra no mundo do trabalho. O não direito ao trabalho remunerado e a condição impetrada ao povo negro impostas pelo processo escravocrata deixou consequências na condição de moradia, indicadores de saúde, na segurança alimentar da população escravizada.

Sob qualquer ponto de vista que olharmos o povo brasileiro é possível verificar o grande abismo entre negros e não negros. São estas desigualdades que nos colocam em uma condição de subdesenvolvimento. Para o Brasil alcançar o patamar de desenvolvimento é necessário atacar a discriminação e o racismo. Somos maioria do povo brasileiro, mais de 56%, na Bahia mais de 81% da população de negros e é necessário dizer que não partimos dos mesmos lugares. Como um País jovem, a grande parte de sua existência foi escravizando o povo negro. É impossível que este processo não deixe marcas. A representante do DIEESE faz reflexões acerca do mundo do trabalho e como o processo escravocrata nega o Trabalho assalariado como um



DIREITO. A condição de transição do trabalho escravo para o trabalho livre não foi finalizado

A transversalidade é uma condição indispensável se o Brasil quiser se tornar um país desenvolvido. É uma condição para o desenvolvimento e para que tenhamos uma ascensão civilizatória. Salienta também a importância dos dados, dos indicadores. Existe uma deficiência nas informações acerca do quesito raça/cor, os números não existem, e não tendo número não é possível focalizar nem monitorar a efetividade das ações.

Foi apontado também a importância dos gestores compreenderem o conceito de transversalidade, para que a pauta racial não seja minorada. Pensar o contexto do território a partir de uma articulação macro e analisar a postura dos gestores municipais. Transversalizar não é “juntar gente e fazer uma ação em comum”. É necessário que os gestores se instrumentalizem para tratar a pauta racial transversal às demais políticas (merenda escolar, transporte escolar, acesso a educação, saúde, assistência social, habitação etc).

Algumas questionamentos foram feitos com relação aos instrumentos que os municípios têm para acompanhar e monitorar a legislação e que tais instrumentos são imprescindíveis para avaliar a implementação da política. Para além dos instrumentos de monitoramento, avaliação das políticas (transversalizadas com a pauta racial/gênero) refletir sobre a necessidade de normatizações e a construção de procedimentos que efetivem ações/projetos/programas.

Sobre as políticas de ações afirmativas, não é só acesso a vaga, é necessário pensar permanência e pós permanência. A política de assistência na universidade está dividida em:

- Política básica – moradia, alimentação, creche;
- Política de permanência qualificada – fazer com que os estudantes cotistas se vejam como pesquisadores, professores. Fazer com que os/as estudantes tenham currículo e bagagem de pesquisa que possam concorrer para pleitos e seleções para professores, reitores etc.;
- Programa de proficiência em línguas estrangeiras.

As necessidades não se resumem a uma única pasta. As questões de gênero e raça não devem ficar no fim da fila. Elas devem estar no centro da estratégia local, estadual e nacional do desenvolvimento. Não existe plano municipal ou desenvolvimento pleno



em educação, com a população ficando do lado de fora (desta política básica), por exemplo.

As mesas ainda discutiram e apresentaram os desafios da implementação do Estatuto da Igualdade Racial na Bahia, com apresentação da Superintendente da Política de Promoção da Igualdade Racial, Daniele Costa, traçando as principais demandas da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, e a importância do Estatuto e o valor simbólico por carregar a história de luta dos movimentos negros. Aponta para o pioneirismo da Bahia para constituir um arranjo institucional de Política Pública de Estado. Aponta para o município de Salvador como referência para a implementação de um Estatuto municipal de Reparação Racial.

Ratifica a responsabilidade em fortalecer o sistema estadual da promoção da igualdade racial: fortalecer o fórum de gestores e gestoras municipais, fortalecer o CDCN e a importância do controle social. Não se faz política de promoção da Igualdade Racial apenas pela SEPROMI. Faz-se pela SETRE, pela Secretaria de saúde, pela Secretaria de Educação e todas as demais secretarias.

Cabe apontar que é necessário orçamento, a SEPROMI tem um dos mais diminutos orçamentos da política de financiamento das políticas públicas, não representando nem sequer 5% do orçamento total do Estado da Bahia. A SEPROMI participou ativamente do diálogo sobre o PPA 2024/2027, incentivando os municípios para a participação na proposição do PPA assim como no diálogo com os deputados/as na aprovação do maior número de propostas e para o aumento dos investimentos na Política de Promoção da Igualdade Racial.

Destacado a importância do CDCN e demais conselhos para o monitoramento da implementação da política pública, fazendo um chamamento aos movimentos sociais sobre a importância destes para o desenvolvimento da população negra. A relação com os movimentos sociais negros, conselhos municipais precisam ser via de mão dupla. Sem sociedade civil organizado, a agenda não se robustece nos governos. Conselhos, movimentos sociais, núcleos de estudo de universidades devem ser considerados como parceiros. Outras forças internas e externas, precisam dialogar com as gestões entendendo os poucos instrumentos de gestão e normatização que temos em âmbito municipal.

A Defensoria Pública salienta a importância dos municípios fazerem o mapeamento das comunidades quilombolas para identificação das demandas referentes



às demais políticas (acesso a transporte escolar, cotas para serviço público, acesso a água, energia, modelo de educação está respeitando a educação quilombola etc)

Salienta a importância do acesso da população negra aos serviços públicos por ser uma questão reparatória e ser instrumento para garantir a qualidade do serviço público, considerando que é o próprio povo negro que percebe os agravos e os problemas que ele atravessa e por isto ele precisa estar na gestão.

Houve a oportunidade de apresentação das experiências de políticas de promoção da igualdade racial e de proteção dos direitos dos povos e comunidades tradicionais de alguns gestores municipais, que trouxeram resultados positivos na gestão da política pública e levantando as principais dificuldades dos municípios, perpassando a questão do orçamento para a pauta racial. A gestão precisa ter um lugar político para falar de igual para igual com as demais pastas.

Os Ministérios da Educação e da Igualdade Racial fizeram apresentações demonstrando dados relativos à transversalidade da pauta racial no âmbito da sistema educacional a nível nacional e apresentação do sistema Nacional de promoção da Igualdade Racial.



9. RESULTADOS DOS GRUPOS DE DISCUSSÃO

 SECRETARIA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	FÓRUM ESTADUAL DE GESTORES MUNICIPAIS DE POLITICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL.
Grupo de Trabalho	EDUCAÇÃO
Mediador	Flávio Franco
Relatoria	Juliana Conceição

Em 19 de Setembro de 2023, inicia-se o GT (Grupo de Trabalho) em Educação com mediação de Flávio Franco, relatoria Juliana Conceição, as representantes da Secretaria de Educação Larissa Cruz, Nájila Lopez, Taila Barbosa e gestoras e gestores dos Municípios: Tamires Barreto, coordenadora Diretos Humanos de Madre de Deus, Maílson de Jesus, coordenação da Igualdade Racial de Governador Mangabeira, Aurelieza Nascimento, coordenação geral de cultura de Amélia Rodrigues, Sônia Maria Barbosa, coordenação da Igualdade Racial de Candeias, Paraguai, Secretário de Esportes e Cultura e Lazer, e coordenador da Igualdade Racial de Araçás. Simone Bonfim, coordenação de cultura de Taperoá, Valéria Costa, de Inhambupe e Aline Cruz, Defensoria Pública do Estado.

As representantes da Secretaria de Educação do Estado da Bahia iniciaram com exposição das ações da secretaria: **Larissa Cruz**: Educação Escolar Indígena que nasce da diversidade, autonomia e liberdade de pensar o mundo, valores e significados de cada um dos povos indígenas, populações que inventaram livremente um modo de viver e pensar. As sociedades indígenas, reconhecendo o papel a ser cumprido na reconstrução e afirmação de uma identidade, buscam garantir o direito à educação e nessa busca, percebem a necessidade de reorganizar a manutenção dos territórios através de um modelo de educação voltada para o desenvolvimento local sustentável na perspectiva do bem viver. Esse novo modelo de educação tem como objetivo superar o Etnocídio educativo e possibilitar novos meios de sobrevivência humana para os povos indígenas a ser consolidado através de formas modernas de educação ainda em construção. Em sequência **Nájila Lopez**, explicita que o Ensino Médio, consiste na etapa conclusiva da educação básica, tem por finalidade, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), promover a formação integral do educando, preparando-o para o exercício da cidadania para o prosseguimento dos estudos e para a



inserção no mundo do trabalho, formando, dessa forma, cidadãos autônomos e atuantes na sociedade.

Logo em seguida **Taila Barbosa**, expressa que a Educação Quilombola: é entendida como uma modalidade de ensino destinada ao atendimento educacional diferenciado das populações que residem em quilombos rurais e urbanos recebe esse nome, justamente, porque faz referência às escolas localizadas em territórios quilombolas.

Pontos comuns entre as exposições das representantes são os desafios para executar uma educação com êxito, e por conta da falta de formação dos educadores e coordenações das escolas.

No decorrer da exposição dos representantes SEC, o grupo levantou uma problemática em relação ao equipamento ou fiscalização para aplicação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 nas escolas, a resposta foi que a Secretaria de Educação não tem uma fiscalização efetiva sobre aplicação destas legislações. Nesse interim o mediador **Flávio Franco**, destaca a notoriedade do município/escola ter no Projeto Político Pedagógico as ações pautadas nas leis: 10.639/2003 e 11.645/2008. Ensino da história e Cultura Afro-brasileira e Indígena nas escolas e dentre outras. Assim, o mesmo sugere a estratégia de criar uma parceria com os Núcleos Territoriais de Educação, Secretaria de Educação e Secretaria da Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades Tradicionais para formação contínua dos educadores, por territórios de identidade, em letramento racial. Neste sentido a **Prof^a Ilza Cruz**, coordenadora da pasta da promoção da igualdade racial da SEPROMI, menciona a importância dos municípios serem os provocadores das articulações e ações da Promoção da Igualdade Racial reafirmando a disponibilidade da SEPROMI para atender as demandas dos municípios, apontando para a escassez do orçamento para atender todas as demandas.

Esse momento foi direcionado para que os gestores municipais expusessem suas ações da Promoção da Igualdade Racial, seguindo o objetivo do grupo de trabalho: ampliar as discussões e articulação entre o Governo Estadual e Municipal e gestores de Políticas de Promoção da Igualdade Racial fortalecendo conexões que possam contribuir com os processos de aprendizagens e com a consequente melhoria da gestão da Política de Igualdade Racial no âmbito municipal.

Diante das discursões e provocações que surgiram Sra. Simone Bomfim, do município de Taperoá (gestora), apresentou as ações desenvolvidas no município: Formações continuadas, apoio pedagógico, reelaboração do PPP, construção das diretrizes municipais, visitas periódicas para acompanhamento, reforma de duas escolas e



efetivação de práticas educacionais com saberes e fazeres das comunidades. Os desafios das ações é o acompanhamento dos professores, planejamento específico em conjunto com outros professores de escolas quilombolas material pedagógico com aspectos regionais e locais. Sendo assim, alguns gestores expressaram que não eram coordenadores da pasta da educação então não tinham o que apresentar achando que levariam uma ação pronta para o município. Outros seguiram com os questionamentos por causa do tempo determinado para o grupo de trabalho e o despontamento pela ausência da SEPROMI nos municípios.

Assim concluímos o trabalho em grupo apresentando problemas existentes e causa crítica abaixo:

GRUPO DE TRABALHO: TRANSVERSALIDADE A POLITICA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E A EDUCAÇÃO.		
PROBLEMAS EXISTENTES		CAUSA CRÍTICA
1. Capacitação e formação do corpo docente e dos gestores da promoção da igualdade racial.		Ausência da efetivação da lei nº 10.639/2003: Estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, entre outras.
2. Monitoramento aplicação das leis Lei nº 10.639/2003 - 11.645/2008 Na rede municipal de ensino.		O currículo é estabelecido exclusivamente como prática folclórica da igualdade racial.
3. Implementação e acompanhamento das escolas indígenas e quilombolas.		Capacitação dos professores e gestores da pasta da igualdade racial, revendo o currículo escola e sua estatura física.
4. O projeto vetor disciplinar / reunião com ACT SSP/ SEC.		As diretrizes da ACT vão à contramão do Projeto Politico Pedagógico das escolas.
5. Ausência de literatura afro centrada nas escolas e bibliotecas.		Consultar obras especializadas.
6. Agenda de articulações nas escolas.		Formação das coordenações das escolas.
AÇÕES POSSÍVEIS		
ATIVAR	ACOMPANHAR	AVALIAR
1	3	3
2	4	4
3		
5		
6		



 SECRETARIA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	FÓRUM ESTADUAL DE GESTORES MUNICIPAIS DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL.
Grupo de Trabalho	SEGURANÇA PÚBLICA
Mediador	Caroline Menezes
Relatoria	Jacqueline Soares

Participantes do grupo de trabalho:

Representantes da Secretaria de Segurança Pública: Major Sílvio Rosário (historiador e antropólogo) e o Major Jalba (bacharel em direito).

Municípios participantes do grupo:

PORTAL DO SERTÃO	ANTONIO CARDOSO	ANDREZA BISPO DOS ANJOS SANTOS
VELHO CHICO	BOM JESUS DA LAPA	ANDREIA LUIZA DOS SANTOS
METROPOLITANO	CAMAÇARI	JOSÉ ANÍSIO SEVERINO FILHO
PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU	CAMPO FORMOSO	RAIRA RIBEIRO DE SOUZA
RECONCAVO	GOVERNADOR MANGABEIRA	DANIELLE DOS SANTOS ALVES
LITORAL NORTE AGRESTE BAIANO	INHAMBUPE	EDILEIDE LIMA DA ROCHA
SUDOESTE BAIANO	MAETINGA	RAVANILSO OLIVEIRA MATOS
COSTA DO DESCOBRIMENTO	PORTO SEGURO	VINICIUS OLIVEIRA ALVES
IRECÊ	PRESIDENTE DUTRA	CLEIDIANE ALVES SANTOS
RECONCAVO	SÃO FRANCISCO DO CONDE	EVERLY CAROLINA DA CRUZ TEIXEIRA
VELHO CHICO	SERRA DO RAMALHO	WILMA DE SOUZA ARAÚJO
SERTÃO DO SÃO FRANCISCO	UAUA	SUZI CLEZIA GOMES DE MOURA

O grupo de trabalho seguiu a seguinte metodologia: apresentação dos participantes (nome, cargo e órgão), apresentação da metodologia pela mediadora do grupo (Caroline – SEPROMI), apresentação das ações da secretaria convidada (SSP), apresentação das ações conjuntas da SEPROMI e abertura para relatos dos representantes dos municípios.

O grupo de trabalho iniciou com a intervenção do Major Jalba, relatando as ações implementadas pela Secretaria de Segurança Pública no enfrentamento ao racismo no âmbito institucional e fora dele. O major salientou que Polícia Militar da Bahia lançou em maio de 2022 o Grupo de Trabalho Permanente pela Igualdade Racial da PMBA (GTPIR) e que vem realizando um processo contínuo de letramento racial



dentro das corporações para que o/a policial comece a entender que ele/ela como homem ou mulher negro/a estão cuidando dos seus iguais.

Cabe salientar que em 2021 a Polícia Militar fez um levantamento onde foi identificado que 85,6% da corporação é composta por homens e mulheres negros/as (auto declarados/as), e que no Estado que tem a maior quantidade de pessoas negras é também o Estado que tem maior número de manifestação de racismo no Brasil.

No aspecto cultural a farda pode ser um instrumento de tentativa de embraquecimento.

A Polícia Militar instituiu uma matéria chamada EREGE (Estudos das Relações de Raça e Gênero) que é aplicada desde 2018, em todos os cursos de capacitação e formação regulares para soldados, cabo, sargento e formação de oficiais, sendo matéria oficial. Os cursos de aperfeiçoamento de oficiais, capitães para serem promovidos a major passa por esta matéria. Todos os coronéis que foram promovidos passaram por esta matéria. Em toda sua esfera hierárquica, a polícia militar está fazendo o processo de letramento, sabendo que o efeito é gradativo. Não existe uma inercia da polícia militar com relação a esta pauta.

Processo construção 2º. Simpósio Nacional de Segurança Pública em Relações Raciais, com a intenção que todos os anos a Polícia Militar incremente o calendário do novembro negro com mesas sobre: abordagem policial, violência contra mulher, racismo e segurança pública, demarcação de terras indígenas, racismo espacial e segurança pública.

Não se pode debater segurança pública sem pensar na intersecção racial. Quanto maior o número de pessoas envolvidas no processo maior vai ser a possibilidade de melhorar o serviço finalística da corporação, que é o de segurança e não o de policiamento.

O Major Silvio aponta que a corporação está interessada no policial que vislumbre a perspectiva da proteção das populações negras, indígenas, da população LGBTQIAPN+ e não do policial combatente. Não se trata de uma perspectiva do policiamento, é necessário trazer outros entes da sociedade civil e do Estado para discutir a segurança pública.

Foi apresentado o Projeto “Ronda anti racismo” – nas principais festas populares em Salvador e com projetos para estender a outros municípios. Os prepostos da SSP informam que os gestores da PIR podem fazer solicitação formal para que estas atividades cheguem aos municípios interessados.



SEPROMI – articulação intersetorial para o fortalecimento da Rede de enfrentamento ao Racismo, pactuação com Protocolo de Intenções entre a SEPROMI e a SSP para promover ações de combate ao racismo, maior interlocução com os municípios através da SEPROMI ITINERANTE e dos projetos de capacitação de conselhos de direitos no sentido de fortalecer a PIR. Ativação da Ouvidoria da SEPROMI.

GRUPO DE TRABALHO: TRANSVERSALIDADE A POLITICA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E SEGURANÇA PÚBLICA		
BOAS PRÁTICAS:		
1. Sistema governamental municipal integrado no enfrentamento à violência, entendendo que para combater a violência é necessário ações articuladas de: assistência social, habitação, saúde, transporte, educação, esporte, lazer e cultura. (Com especial atenção à capacidade orçamentária dos municípios).		
2. Conselho tutelar quilombola		
3. Programa de Combate ao Racismo Institucional – PCRI		
4. Centro de Referência Mãe Stella de Oxossi		
PROBLEMAS EXISTENTES	CAUSA CRÍTICA	
1. Não reconhecimento racial	Processo colonizador, não identificação racial	
2. Ausência de dados sobre racismo, violência policial.	Formação política e de gestão insuficiente.	
3. Aumento de casos de violências diversas: mulheres, indígenas, religiosa, quilombolas etc. E o racismo no processo de abordagens policiais. Grilagem.	Incremento do tráfico e aumento das desigualdades e ausência de políticas integradas e de efetivo para segurança pública.	
4. Ausência de pactuação e ações concretas intersetoriais.	Dotação orçamentária insuficiente.	
5. Ausência de respostas da Secretaria de Segurança Pública às demandas dos municípios.		
AÇÕES POSSÍVEIS		
ATIVAR	ACOMPANHAR	AVALIAR
Processo de formação na rede socioassistencial, segurança pública nos municípios, empresas e outros órgãos existentes nos municípios.	Apresentar dados em reuniões intersetoriais e propor ações com metodologias de acompanhamento	
Corresponsabilidade das diversas secretarias no sentido de implementação das políticas públicas como mecanismo para restringir o	Realizar processo de escuta com policiais que estão atuando nos municípios e promover capacitação continuada.	



avanço da violência		
Fomentar a criação de conselhos de direitos em municípios que não possuem	Promover a inserção de representantes da SSP nos conselhos de direito da PIR.	
Criação de grupos específicos para discussão intersetorial – Fomentar encontro territorial para apresentação de ações da SSP	Criação de comissões temáticas nas Câmaras municipais	
Produção e publicização de dados sobre violência nos municípios, com especial atenção ao racismo e intolerância religiosa		

SEPROMI



GOVERNO DO ESTADO BAHIA SECRETARIA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	FÓRUM ESTADUAL DE GESTORES MUNICIPAIS DE POLITICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Grupo de Trabalho	Inclusão social e desenvolvimento sustentável
Mediador	Tamires Santos
Relatoria	Alice Bárbara

Participaram das discussões do eixo Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável.

Gestores e Gestoras:

Sudoeste Baiano	Anagé	Willian Vieira de Souza
Chapada Diamantina	Boninal	Bruna Castro de Oliveira
Sertão do São Francisco	Casa Nova	Cláudio Maciel de Souza
Litoral Norte Agreste Baiano	Catu	Nailza de Jesus Pereira
Portal do Sertão	Conceição da Feira	Uiara Lopes
Velho Chico	Riacho de Santana	Rita de Cássia Pereira do Carmo

SEPROMI:

Superintendente Daniele Costa

Coordenadora de Fomento ao Empreendedorismo Negro - Tamires Santos

Técnicas:

Alice Bárbara Rodrigues - Relatoria

Caroline Santana

BOAS PRÁTICAS DOS MUNICÍPIOS – TRANSVERSALIZANDO A POLITICA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.		
PROBLEMAS EXISTENTES	CAUSA CRÍTICA	
1. Capacitação e qualificação para empreendedorismo negro e mercado formal de trabalho (CLT)	Insuficiência de ações e políticas para Empreendedorismo negro e mercado formal de trabalho.	
2. Pouca transversalidade na comunicação com os municípios e territórios de identidade nas ações desenvolvidas pela SEPROMI em relação aos municípios e territórios de identidade.	2. Insuficiência na articulação e comunicação com os municípios e territórios de identidade	
3. Insuficiência de ações para empreendedorismo negro com recorte em povos e comunidades tradicionais.	Pouca mobilização, dos municípios e territórios de identidade, de povos e comunidades tradicionais com foco nas ações de empreendedorismo negro e de mulheres.	
AÇÕES POSSÍVEIS		
ATIVAR	ACOMPANHAR	AVALIAR



Qualificação e capacitação para empreendedorismo negro e mercado formal de trabalho, por meio de formações iniciais, continuadas e permanentes.		
Articulação com os municípios e territórios de identidade transversalizando a comunicação das ações da SEPROMI e órgãos parceiros, sobre o empreendedorismo negro.		
Fomentar/fortalecer o Empreendedorismo negro nos municípios e/ou territórios de identidade com recorte para povos e comunidades tradicionais.		

SEPROMI



 SECRETARIA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	FÓRUM ESTADUAL DE GESTORES MUNICIPAIS DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA
Grupo de Trabalho	Saúde
Mediador	Ubiracy Matilde
Relatoria	Aline Teles

RELATÓRIO GT**Pontos importantes:**

Ausência de diálogo entre o município;

Mobilidade Urbana (dificuldade de chegar até a localidade);

Saúde Mental;

Saúde da juventude;

Saúde direcionada à população negra;

Saúde na Escola;

Violência Contra mulher;

Racismo Institucional;

Racismo Estrutural;

Dificuldades na implementação das Políticas de Promoção da Igualdade Racial;

Qualificação dos/das profissionais de saúde, especialmente, com os agentes comunitários;

Acesso à informação;

Criação de conselhos;

Implementação do quesito raça/cor.

Obs: A discussão no grupo de trabalho de saúde da população negra se deu em torno dos relatos problemas, tendo em vista que não houve tempo suficiente para aprofundar as discussões; alguns gestores estavam recentes nas pastas que assumiram; há um entrave estrutural e institucional relativo a implementação de políticas de promoção da igualdade racial, que em sua maioria, os gestores pedem colaboração para colocar em prática as Políticas de Promoção da Igualdade Racial em seus municípios.



 SECRETARIA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	FÓRUM ESTADUAL DE GESTORES MUNICIPAIS DE POLITICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL.
Grupo de Trabalho	Fomento a cultura e Patrimônio Material e Imaterial / Intolerância Religiosa
Mediador	Tiago Henrique
Relatoria	Luma Galindo

Participantes do grupo de trabalho:

Representantes da Secretaria de Cultura: Cristiane Taquari (Socióloga e coordenadora geral do Centro de Culturas Populares e Identitárias)

Municípios participantes do grupo:

Velho Chico	Serra do Ramalho	Bruno
Recôncavo	Castro Alves	Maria Nilza da Silva
Sisal	Lamarão	Jaciara Carvalho
Recôncavo	Santo Antônio de Jesus	Jaqueline Cortez
Metropolitano	Lauro de Freitas	Adilton Ferreira
Sertão do São Francisco	Juazeiro	Raniere Ramon
Portal do Sertão	Feira de Santana	Farildes
Metropolitano	Dias D'Ávilla	Pai Fábio
Sertão Produtivo	Caetité	Rejane
Chapada Diamantina	Lençóis	Uilame
Portal do Sertão	Irará	Roberto
		Tailane Rebouças

O grupo de trabalho seguiu a seguinte metodologia: apresentação dos participantes (nome, cargo e órgão), apresentação da metodologia pelo mediador do grupo (Tiago – SEPROMI), apresentação das ações da secretaria convidada (SECULT), apresentação das ações conjuntas da SEPROMI e abertura para relatos dos representantes dos municípios.

O grupo de trabalho iniciou com a apresentação de Cristiane Taquari, relatando as ações de fomento à cultura pela Secretaria de Cultura transversalizando a temática ao racismo religioso e intolerância religiosa. Nesse sentido, a coordenadora explica que a secretaria utiliza dois dispositivos institucionalizados de fomento direto às demandas culturais de todos os municípios: o **Faz Cultura**, política de isenção, correlata a Lei Rouanet e o **Fundo de Cultura** que trabalha com propostas advindas da própria comunidade cultural. O **Faz Cultura** é um dispositivo, muito voltado para o mercado,



uma vez que depende de apoio privado para fomentar o projeto. A outra ferramenta – **Fundo Estadual de Cultura** – é onde incidem todas as políticas de fomento a cultura para os povos e comunidades tradicionais.

O Fundo Estadual de Cultura é diverso, têm editais para todas as linguagens e a SECULT tem aprofundado o debate, inclusive no legislativo, na questão da simplificação desses editais. A simplificação dos editais amplia o acesso aos recursos a indivíduos e comunidades que historicamente não possuíam instrumentos e ferramentas necessárias. Inexiste um marco legal específico para cultura, as secretarias estão submetidas a uma legislação que não alcança quem precisa, os recursos dos editais geralmente ficam nas mãos de produtoras que reúnem condições de escrever o projeto e documentos necessários. Nesse sentido, a secretaria tem atuado no processo de simplificação e ajuste ao MROSC dos editais. Ambos dispositivos de fomento estão em fase de reformulação de ajuste e simplificação.

A Secretaria de Cultura assume a tarefa de internalizar que é uma secretaria de 417 municípios, nesse sentido, representantes territoriais de cultura tem atuado para que não se perpetue uma concentração das políticas de cultura na capital. Para a coordenadora, é importante alcançar todas as cidades garantindo suas especificidades e diversidades. No entanto, Cristiane relata a dificuldade de transversalidade com as secretarias dos municípios. Para que a política alcance todos os municípios, é necessário que os gestores municipais formulem as suas legislações e salvaguem seus patrimônios. Visto que a cultura não é atribuição de um só ente, o município pode e deve fazer reserva de memória do legado, de equipamentos, dos modos de fazer, etc. Que é muito singular, o município não pode se eximir dessa responsabilidade. Existe um esforço da secretaria em dialogar diretamente com os municípios e fazer vigorar o pacto federativo.

O pacto federativo é um anseio da cultura que foi interrompido pelo golpe. Durante o Governo Bolsonaro houve intenso ataque a cultura, com a extinção do Ministério da Cultura, a sua construção e institucionalização como política. O Minc passa por reestruturação e valorização da cultura hoje. No entanto, não cabe ao Estado tampouco a Federação dizer como vai se dar a cultura nos municípios. O patrimônio imaterial, composto por um conjunto de signos e manifestação únicos de cada povo / território deve ser salvaguardado, para que não se plastifique nem vire produto. Faz-se necessária uma transversalização respeitando a autonomia de cada ente federativo.



Foram apresentadas as diferenças entre patrimônio material e imaterial e a importância desses dispositivos legais que podem inclusive ser instrumentalizados pelos municípios. Nesse sentido, Taquari se coloca a disposição de articular uma roda de conversa, com os gestores municipais, para melhor compreensão dos instrumentos de patrimonialização. E também para desmitificação dos editais, de modo que os recursos e as políticas alcancem as comunidades tradicionais e todos os municípios.

SECULT em parceria com a SEPROMI (Centro de Referência Nelson Mandela) atuam juntos contra intolerância religiosa. O Centro de Culturas Populares e Identitárias foi criado na perspectiva de disseminação para dentro e fora da secretaria evitar que qualquer manifestação dê margem a intolerância religiosa. O Estado não pode praticar intolerância, papel de atender a todos. Assim, não é admitida qualquer prática artística que traga ou reproduza opressões como machismo e racismo.

De maneira geral, os participantes do grupo relataram uma dificuldade de tocar uma política de igualdade racial dentro de seus municípios, os relatos são de secundarização da política pela gestão. Majoritariamente, os municípios possuem uma secretaria ou departamento de Igualdade Racial e/ou Povos e Comunidades Tradicionais que sobrevivem a poucos recursos e muita vontade. Há também relato de intolerância religiosa por parte da gestão de Dias D'Ávila, o coordenador de PIR do município relata que o prefeito se recusa a atender os povos de terreiro. A gestão não se apropria do estatuto de IR e, nesse sentido, os gestores presentes solicitam que a SEPROMI articule uma sensibilização com os prefeitos dos municípios, para descentralizar e ampliar a política.

Alguns municípios compartilharam experiências positivas, como o Centro de Referência em Direitos Humanos Tereza de Benguela, no município de Feira de Santana, tal experiência suscita o debate da descentralização do centro de referência, demonstrando que é possível que a gestão municipal trace planos no combate ao racismo e intolerância religiosa. Maria Nilza, de Castro Alves, relata que o município é bem articulado com a cultura e apresenta o projeto “Candomblé no Centro” uma iniciativa para romper com lógicas e práticas preconceituosas valorizando os Povos de Terreiro. Jaqueline Cortes, do departamento de promoção da Igualdade Étnica-racial, de Santo Antônio de Jesus, apresentou ações promovidas pelo município como a isenção de imposto para Baianas de Acarajé e o CAPOSAJ projeto de capoeira nas escolas municipais. Ualami, diretor da diretoria recém-criada de Igualdade Racial, de Lençóis,



em apenas cinco meses de gestão, já tramita duas leis para aprovação: o dia do Jarê e a de bolsa para jovens.

Como proposta para o próximo Fórum de Gestores, Jaciara Carvalho, quilombolas de Lamarão sugere que as comunidades possam trazer suas experiências e saberes, em espaço reservado pelo fórum.

Dentre outras questões que foram debatidas no grupo, foi possível estruturar:

GRUPO DE TRABALHO: FOMENTO A CULTURA E PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL / INTOLERÂNCIA RELIGIOSA		
BOAS PRÁTICAS:		
PROBLEMAS EXISTENTES	CAUSA CRÍTICA	
1. Comunidades e municípios sem conhecimento sobre os mecanismos de acesso a editais de fomento a cultura	Centralização do acesso de editais de fomento a cultura sempre aos mesmos grupos	
2. Municípios não possuem mecanismos legais de patrimonialização para preservar a identidade e manifestações culturais	Ausência de apropriação de grande parte dos gestores municipais acerca dos mecanismos de patrimonialização	
3. Inabilidade de parte do corpo técnico que trabalha com a política de promoção da igualdade racial por vezes reproduzindo racismo e intolerância religiosa	Ausência de qualificação técnica	
4. Política de Igualdade Racial secundarizada pelos gestores	Estrutura de diretorias/coordenação/secretaria de Igualdade Racial que não executa a política	
5. Falta de respostas sobre as denúncias de racismo e intolerância religiosa por parte do centro	Morosidade da justiça	
AÇÕES POSSÍVEIS		
ATIVAR	ACOMPANHAR	AVALIAR
Simplificação dos editais	Processo de simplificação dos editais	
Co responsabilidade das diversas secretarias no sentido de implementação das políticas de igualdade racial	Caravana de direitos	
Qualificação/formação do corpo técnico que atua com a política de igualdade racial	Imunidade tributária e tombamento de terreiros	
Formação / roda de conversa sobre dispositivos legais de		



patrimonialização		
Fortalecimentos dos conselhos municipais de igualdade racial		
Descentralização do Centro de Referência Nelson Mandela	Resposta às denúncias de racismo e intolerância religiosa	
Eleição do Comitê Gestor		

10. AVALIAÇÃO

Foram apontadas as seguintes questões como pontos avaliativos:

- 1- Retomada do Comitê gestor e atenção ao plano de ação em vigência. Decisões feitas por cúpula ou horizontais não cabem em ambiente democrático
- 2- Cumprimento da programação apresentada e/ou justificativa das ausências.
- 3- Tempo reduzido para os gestores e os órgãos oficiais de Estado com maior tempo de fala.
- 4- A programação precisa estar condizente com horário das hospedagem.
- 5 - Falha em não deixar tempo para as apresentações dos grupos de trabalho – parte muito importante do encontro. Os protagonistas são os gestores, eles precisam ter maior tempo de fala e de articulação.
- 6 – Incrementar para a participação de mais gestores municipais
- 7 – Hospedagem, alimentação e mesas temáticas foram itens bem avaliados, entre bom e ótimo.
- 8 – Interiorização dos encontros do Fórum de gestores
- 9 – Ausência de uma representação da Fundação Palmares

“Eu, amei o Fórum, pena que só foram dois dias! Mas foi maravilhoso, conhecer nova pessoas e agregar mais conhecimento. Parabenizo toda equipe da SEPROMI pelo excelente trabalho desenvolvido, a palavra é gratidão a Deus em primeiro lugar por me dar oportunidade de participar desse lindo evento e a todos vcs da SEPROMI, em especial vc, pelo acolhimento e carinho meu muito obrigada!! Até a próxima se Deus nos permitir!” (Catu)

“Obrigada, Parabéns pelo evento, que foi conduzido com maestria”.(Terra Nova)

“Obrigada, Eu é que agradeço! O Fórum foi maravilhoso”! (Feira de Santana)

“Muito obrigada! O evento foi excelente em todos os aspectos”. (Conceição do Almeida)



11. ENCAMINHAMENTOS E PROPOSIÇÕES (E/P)

- Reunião virtual para apresentação dos resultados dos grupos (E)
- Reunião para votação de Comitê Gestor do Fórum Estadual (E)
- Qualificação dos gestores sobre o tema de transversalidade (P)
- Fazer diagnóstico nos municípios sobre a transversalidade da política (P)
- Falar sobre empreendedorismo nas comunidades quilombolas (P)
- Elaborar um manual (simples) de implementação da política (P)
- Orientações sobre captação de recursos (P)

SEPROMI







ANEXO

APRESENTAÇÕES DAS MESAS (DISPONIBILIZADAS)

SEPROMI